



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 26/XVI/1

Aprova o Orçamento do Estado para 2025

Proposta de Aditamento

Título IX

Disposições complementares, finais e transitórias

Capítulo I

Políticas setoriais

Artigo 120º - A

Expropriação de terrenos no Bairro da Cova da Moura

O Governo garante uma dotação de 25 M€ para a expropriação, através do IHRU, dos terrenos do Bairro da Cova da Moura, com o objetivo de permitir ao município da Amadora e às associações representativas da população a preparação da elaboração de Plano de Pormenor com vista à requalificação do bairro.

Assembleia da República, 11 de novembro de 2024

Os Deputados,

Paula Santos, António Filipe, Alfredo Maia, Paulo Raimundo

Nota justificativa:

O Bairro da Cova da Moura assistiu à construção de habitação precária no início dos anos sessenta do século passado, tendo-se assistido a um incremento muito significativo após a independência dos territórios africanos, com a chegada de moradores na sua maioria africanos,



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

mas igualmente de uma franja muito considerável de população de origem portuguesa, na altura denominados de “retornados”.

Este bairro, contrariamente ao que na maior parte das vezes é transmitido pela comunicação social, é constituído na sua esmagadora maioria por trabalhadores que desempenham um importante papel na nossa sociedade e que lutam diariamente pela melhoria das suas condições de vida.

A situação de degradação em que se encontra o bairro, ao nível de higiene urbana e infraestruturas, entre outras, não se coaduna com a condição humana de quem lá vive.

A atuação das associações existentes, nomeadamente a Associação Moinho da Juventude, Comissão de Moradores do Alto da Cova da Moura e Associação de Apoio Social do Alto da Cova da Moura, tem contribuído para mitigar as graves carências existentes, nomeadamente no que diz respeito às crianças e jovens.

O primeiro passo para a requalificação do Bairro da Cova da Moura passa pela alteração da propriedade dos terrenos, atualmente na posse de 3 entidades, 1 das quais pública, procedendo-se à sua expropriação.

Segundo uma avaliação efetuada recentemente pela Câmara Municipal da Amadora, os valores dos terrenos em causa rondam os 25 M€.

As construções existentes foram construídas com o esforço financeiro dos moradores, que pagam IMI, assim como todos os impostos associados ao consumo de água, nomeadamente, tratamento de esgotos e higiene urbana.

A proposta do PCP visa dar resposta a esta situação e prevê a expropriação dos terrenos do Bairro e a elaboração de Plano de Pormenor, que deverá ser construído com a participação das associações representativas da população, com vista à requalificação do Bairro da Cova da Moura.